

Art. 7º Os municípios pré-selecionados receberão comissões de especialistas designadas pela SERES para verificação da estrutura de equipamentos públicos, cenários de atenção na rede e programas de saúde, tendo em vista garantir as condições necessárias à implantação do curso de medicina.

Art. 8º O município selecionado, após verificação das comissões de especialistas, deverá celebrar Termo de Compromisso com a SERES para efetivar sua inclusão no edital de mantenedoras para autorização de funcionamento de curso de medicina.

§ 1º Por meio do Termo de Compromisso de que trata o caput, o dirigente municipal e o gestor local do SUS se comprometem a disponibilizar para a instituição de educação superior vencedora do edital de mantenedoras, a estrutura de equipamentos públicos, cenários de atenção na rede e programas de saúde necessários para a implantação e para o funcionamento do curso de graduação em medicina.

§ 2º O Termo de Compromisso deverá prever o regramento da estrutura dos equipamentos públicos, cenários de atenção na rede e programas de saúde por meio do Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde - COAPES, conforme estabelecido na Portaria Interministerial MEC/MS nº 10, de 20 de agosto de 2014.

Art. 9º A critério da SERES, os municípios que não obtiverem resultado satisfatório na verificação in loco a ser realizada pelas comissões de especialistas poderão ser considerados:

I - excluídos do processo de seleção; ou

II - selecionados condicionados ao saneamento de pendências.

Parágrafo único. Os municípios pré-selecionados que tiverem cursos de medicina autorizados por iniciativa do sistema estadual de ensino ou em função da expansão da rede federal serão excluídos deste processo de seleção.

Art. 10. A Secretária da SERES poderá editar normas complementares necessárias ao cumprimento desta Portaria Normativa.

Art. 11. Esta Portaria Normativa revoga a Portaria Normativa nº 13, de 9 de julho de 2013.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 13. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

### PORTARIAS DE 31 DE MARÇO DE 2015

O Reitor da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o "ad-referendum" da Presidência do CoAd, em 30/03/2015, e considerando os termos do Of. Nº 076/GD/CCN/2015, de 17/03/2015, resolve:

Nº 1.214 - Art. 1º) Criar a Coordenação Acadêmica, vinculada ao Centro de Ciências da Natureza, campus Lagoa do Sino, com a sigla CA/CCN. Art. 2º) Atribuir ao Coordenador do CA/CCN, uma Função Gratificada nível 1.

O Reitor da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o "ad-referendum" da Presidência do CoAd, em 30/03/2015, e considerando os termos do Of. Nº 080/GD/CCN/2015, de 17/03/2015, resolve:

Nº 1.215 - Art. 1º) Criar a Coordenação de Estágio, Pesquisa e Extensão, vinculada ao Centro de Ciências da Natureza, campus Lagoa do Sino, com a sigla CEPEX/CCN. Art. 2º) Atribuir ao Coordenador do CEPEX/CCN, uma Função Gratificada nível 1.

TARGINO DE ARAÚJO FILHO

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

### DECISÃO Nº 1, DE 30 DE MARÇO DE 2015

A Divisão de Administração de Pessoal da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de São João del-Rei, após notificar o interessado, através do "Edital de Notificação" publicado no jornal "O Estado do Maranhão" e no "Diário Oficial da União", no dia 30/01/2015, e considerando os Processos Administrativos nº 23122.004807/2013-65, 23122.102647/2014-06 e 23122.004723/2013-29, instaurados para apurar valores recebidos indevidamente pelo ex-servidor RICARDO GONÇALVES SILVA, CPF: 025.855.336-70; os termos da Orientação Normativa/SEGEP/MP/nº 05/2013 e Acórdão 1.909/2003-Plenário decide:

I- Dar continuidade da tramitação dos Processos Administrativos fins de reaver os valores de R\$ 15.180,39 (quinze mil cento e oitenta reais e trinta e nove centavos) e R\$ 23.595,24 (vinte e três mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos) devidos ao erário; II - Conceder ao Senhor Ricardo Gonçalves Silva, o prazo de 10(dez) dias para, querendo, recorrer da decisão, nos termos do art. 10 da Orientação Normativa/SEGEP/MP/ nº 05/2013; III- Não havendo manifestação do interessado, interposição de recursos, ou exauridas as instâncias recursais, notificar o interessado para que seja efetuada a reposição do valor apurado no prazo máximo de trinta dias, mediante GRU - Guia de Recolhimento da União, nos termos do art. 46 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e IV-decidi, mais, mandar publicar a presente decisão em jornal de grande circulação.

JAQUELINE MENEZES FARIAS TARÔCO  
Diretora de Administração de Pessoal

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

### PORTARIA Nº 1.033, DE 23 DE MARÇO DE 2015

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Decreto Presidencial de 10.03.2015, e Considerando o Memorando n.º 062-GDG/CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL-CMDI/IFAM, de 20.03.2015; resolve:

I. ALTERAR a nomenclatura organizacional das Coordenações do Campus Manaus Distrito Industrial do Instituto Federal do Amazonas, conforme especificação a seguir:

NOMENCLATURA	
DE	Coordenação Técnico Subsequencial de Logística
PARA	Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Logística
DE	Coordenação Técnico Projea de Eletrônica
PARA	Coordenação dos Cursos de Nível Médio na forma Integrada na Modalidade EJA-PROEJA

II. Os efeitos financeiros dessa alteração entram em vigor a partir desta data.

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

### PORTARIA Nº 975, DE 31 DE MARÇO DE 2015

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em conformidade com o Decreto Ministerial de 09 de julho de 2014, publicado no DOU de 10 de julho de 2014 e Resolução nº 32/2014/CS/IFS e considerando o Memorando Eletrônico nº 118/2015/DG/GLO/IFS, resolve:

1. Criar a Coordenadoria do Curso Técnico Integrado em Agropecuária, Código FCC, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, subordinada à Gerência de Ensino do Campus Glória/IFS.

2. Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a 18/03/2015.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

## INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

### PORTARIA Nº 99, DE 1º DE ABRIL DE 2015

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 16, VI, do Decreto Nº 6.317 de 20 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas)

etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar da

Educação Básica de 2015, que será realizado via Internet, por meio do sistema Educacenso, em todo o território nacional:

I - na 1ª etapa do Censo Escolar, ficam definidas as seguintes atividades:

a) abertura do Sistema Educacenso na Internet para entrada de dados.

Data: 27/05/15

Responsável: Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações

Educacionais - DTDIE/INEP;

b) período de coleta, digitação e exportação dos dados pela Internet, tendo

como data de referência para as informações prestadas o dia 27 de maio de 2015.

denominado Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica.

Data Inicial: 27/05/15

Data Final: 31/07/15

Responsáveis: Diretor, Responsável pela escola ou pelo Sistema

Educacional Informatizado;

c) envio dos dados preliminares ao Ministério da Educação para publicação

no Diário Oficial da União.

Data: 26/08/15

Responsável: Diretoria de Estatísticas Educacionais - DEED/INEP;

d) envio de ofício aos gestores municipais e estaduais informando sobre a

disponibilização de relatórios por escola no Sistema Educacenso para conferência.

Data: até, no máximo, 5 dias úteis após a publicação preliminar dos resultados

no Diário Oficial da União.

Responsável: DEED/INEP;

e) disponibilização dos relatórios por escola no Sistema Educacenso para

conferência dos gestores municipais e estaduais.

Data: a partir da data da publicação dos resultados preliminares no Diário

Oficial da União.

Responsável: DEED/DTDIE/INEP;

f) reabertura do Sistema "Educacenso" na Internet somente para

conferência e correção, se for o caso, de erros de informações prestadas no

período de coleta definido na alínea b.

Data Inicial: a partir da data da publicação dos resultados preliminares no

Diário Oficial da União.

Data Final: 30 dias após a publicação dos resultados preliminares no Diário

Oficial da União.

Responsável: DTDIE/INEP;

g) período para conferência e retificação, se for o caso, de erros de

informações diretamente no sistema Educacenso, via Internet.

Data Inicial: a partir da data da publicação dos resultados preliminares no

Diário Oficial da União.

Data Final: 30 dias após a publicação dos resultados preliminares no Diário

Oficial da União.

Responsáveis: Diretor, Responsável pela escola ou pelo Sistema

Educacional Informatizado, Municípios, Estados e Distrito Federal;

h) os responsáveis pelas informações, caso não tenham preenchido os

dados no período de coleta, não poderão fazê-lo no período de retificação,

destinado apenas à correção dos erros;

i) verificação dos dados processados após a conferência e correção de

inconsistências no sistema Educacenso durante o período de retificação.

Data: 10 dias a contar do prazo final para correções.

Responsável: Coordenações Estaduais do Censo Escolar;

j) Período de confirmação de matrículas duplicadas diretamente no módulo de confirmação de matrícula no sistema Educacenso, via Internet.

Data: 10 dias a contar do prazo final para verificações dos estados.

Responsável: Diretor, Responsável pela escola ou pelo Sistema Educacional

Informatizado, Municípios, Estados, Distrito Federal;

k) verificação final dos dados processados após análise e correção de

inconsistências no sistema Educacenso.

Data: 32 dias a contar do prazo final para confirmação de matrículas.

Responsável: DEED/INEP;

l) envio do resultado final do número de matrículas presenciais efetivas em cada Estado, Município e Distrito Federal, conforme o Censo Escolar da Educação Básica/2015 ao TCU em cumprimento a Instrução Normativa - TCU nº 60, de 4 de novembro de 2009.

Data: 30/11/2015

Responsável: DEED/INEP;

M) envio dos dados finais resultantes das correções e verificações do Censo Escolar da Educação Básica/2015 ao Ministério da Educação para publicação final no Diário Oficial da União.

Data: 17/12/2015

Responsável: DEED/INEP;

N) preparação dos dados consolidados para divulgação.

Data Inicial: 21/12/15

Data Final: 28/01/16

Responsável: DEED/INEP;

O) divulgação dos resultados finais pelo Inep.

Data: 29/01/2016

Responsável: DEED/INEP.

II - na 2ª etapa do Censo Escolar, ficam definidas as seguintes atividades:

a) abertura do módulo "Situação do Aluno" no Sistema Educacenso na

Internet para entrada de dados de rendimento e movimento escolar dos alunos

declarados ao Censo Escolar 2015.

Data: 01/02/16

Responsável: DTDIE/INEP;